

**PERSONALISMO POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL DA
POPULAÇÃO BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DO MODELO DE
REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PERFIL
DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO
DOS REPRESENTANTES ELEITOS PARA AS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
ESTADUAIS**

**POLITICAL PERSONALISM AND ELECTORAL BEHAVIOR OF THE
POPULATION IN THE VIEW OF THE DESCRIPTIVE REPRESENTATION
MODEL: COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN DEMOGRAPHIC AND
SOCIOECONOMIC PROFILE OF THE POPULATION AGAINST THE ELECTED
REPRESENTATIVES TO STATE LEGISLATURES**

Cláudia Júlia Guimarães Horta
Fundação João Pinheiro -FJP – MG
claudia.horta@fjp.mg.gov.br

Simone Cristina Dufloth
Fundação João Pinheiro -FJP – MG
Simone.dufloth@fjp.mg.gov.br

Diego Roger Ramos Freitas
Fundação João Pinheiro -FJP – MG
dierrog@gmail.com

Submissão: 05/08/2014
Aprovação: 02/12/2016

RESUMO

O trabalho investiga a existência de relação entre as características dos representantes eleitos nas assembleias legislativas estaduais e o perfil demográfico e socioeconômico da população em idade de votar nos estados brasileiros. O estudo analisa comparativamente a evolução do perfil dos representantes eleitos no que se refere às suas características gerais, ou seja, sexo, idade, nível de escolaridade e ocupação no período de 1998 a 2014, em relação às características gerais da população no que diz respeito à idade, sexo, nível escolaridade e nível de renda. Conclui-se que determinados traços do perfil da população em idade de votar repercutem no perfil dos representantes eleitos para as assembleias legislativas. Entretanto, isso não se dá de modo uniforme em todas as regiões e estados brasileiros para as demais características, de forma que o modelo de representação descritiva não se configura fidedigno podendo envolver também características de outros modelos.

Palavras-chave: Perfil dos eleitos; Perfil da população; Representação descritiva; personalismo político.

ABSTRACT

The paper investigates the relationship between the general characteristics of the elected representatives in legislative assemblies and the demographic and socioeconomic profile of the population of voting age in the Brazilian states. The study analyzes the evolution of the profile of the elected representatives concerning their general characteristics, i.e., gender, age, education level and occupation in the period 1998-2014, compared to the general characteristics of the population with respect age, gender, educational level and income level. It concludes that certain characteristics of the population profile of voting age are associated with the profile of elected representatives. However, this finding does not occur uniformly in all regions and states, so that the descriptive representation model is not configured trusted and may also involve features of other models.

Keywords: Profile of elected; Profile of population; Descriptive representation; Political personalism.

1 Introdução

O presente estudo busca associar as características gerais dos representantes eleitos ao perfil demográfico e socioeconômico da população, a fim de identificar evidências empíricas desse suposto espelhamento. Analisa comparativamente a evolução do perfil dos representantes eleitos no que se refere às suas características gerais – quais sejam, sexo, idade, nível de escolaridade e ocupação no período de 1998 a 2014 –, em relação às características gerais da população acerca das variáveis sexo, idade, nível de escolaridade e nível de renda.

O trabalho investiga a existência, empírica, de relação de similaridade no padrão e nos diferenciais dos perfis dos eleitos nas assembleias legislativas observados em pesquisas desenvolvidas para as grandes regiões e estados brasileiros (FJP, 2013a; FJP, 2013b; FJP, 2014) com a diversidade socioeconômica da sua população. Considerando-se que os representantes das assembleias estaduais e distrital são eleitos pelo voto popular e que a distribuição desse grupo populacional também apresenta características sociais e econômicas distintas em todo o território nacional, indaga-se se diferenças constatadas no perfil dos eleitos regionalmente refletem da mesma forma, as mudanças no perfil da população regional.

Acredita-se que a construção de estudo relacional entre o perfil dos eleitos e o perfil da população proporciona análise da evolução das características populacionais que levem à melhor compreensão da escolha eleitoral da população e do sistema eleitoral brasileiro.

2 O Personalismo Político e o Comportamento Eleitoral da População Brasileira na perspectiva da representatividade

O comportamento eleitoral, enquanto fenômeno social de grande complexidade é, dentre os fenômenos políticos, um dos mais difíceis de atribuir previsibilidade. Como explicar o voto dada a multiplicidade de variáveis intrínsecas? Várias são as abordagens nos estudos que buscam refletir sobre o tema: a representação ideológica ou de interesses, a estratificação social, o regionalismo, a segmentação religiosa, a composição demográfica e a situação econômica da população, valores morais e culturais, dentre outros.

Dentre as principais teorias para explicar o comportamento eleitoral, destacam-se: a perspectiva sociológica, a psicológica e a teoria da escolha racional (FIGUEIREDO, 1991; CASTRO, 1994). No caso brasileiro, as perspectivas sociológicas e psicológicas mostraram-se mais relevantes na análise do comportamento eleitoral (RADMANN, 2001).

Na perspectiva sociológica, o ambiente social direciona o eleitor na escolha do seu voto. Vários estudos foram desenvolvidos partindo-se dessa premissa, procurando estabelecer uma relação entre a situação socioeconômica dos indivíduos e a opção partidária (SOARES, 1973; REIS, 1978). O eleitor seria influenciado por fatores históricos, estruturais e culturais globais, que determinariam as características sociais, econômicas e políticas de uma sociedade (CASTRO, 1994, p. 29), ou seja, os eleitores em situação social semelhante adotariam condutas político-eleitorais.

Autores como Castro (1994), Almeida (1998), Silveira (1998), Magalhães (1998), e Baquero (2000) concluem que o voto dos eleitores de baixa sofisticação política direciona-se à pessoa do candidato e que essa escolha está diretamente associada à imagem do candidato. O eleitorado brasileiro, numa perspectiva geral, tem alto nível de desinformação e baixo grau de consistência ideológica, de apatia e ceticismo com relação às eleições. Mais importante do que a identificação partidária seria o personalismo político (BAQUERO, 1984, 1985, 1996, 1997; CASTRO, 1994; SILVEIRA, 1998; ALMEIDA, 1998; MAGALHÃES, 1998).

Por outro lado, na perspectiva psicológica, a unidade de análise é o indivíduo. Aqui, suas motivações e escolhas se dão em nível psicológico, onde o seu comportamento eleitoral desenvolve-se independentemente do contexto social, na estrutura de personalidade dos indivíduos, nos seus valores e crenças.

A perspectiva psicológica incorpora nas análises do voto fatores que são considerados intervenientes entre a situação socioeconômica do eleitor e o seu comportamento, com questões ligadas às percepções, às atitudes, às crenças, às opiniões e também às expectativas do eleitor (BAQUERO, 1985; LAVAREDA, 1991; BAQUERO; PRÁ, 1995; REIS, 1978, 1988; CASTRO, 1994).

Radmann (2001, p.14) destaca que, na “abordagem psicológica, a identificação partidária e a participação política estão vinculadas diretamente as percepções e motivações dos indivíduos em relação à política e aos partidos” – que seriam determinados pela posição do indivíduo na estrutura da sociedade. Indivíduos com a mesma formação social e atitudes semelhantes tendem a ter comportamentos sociais também semelhantes.

Em contrapartida, a teoria da escolha racional, formula a concepção de homem político a partir da noção do homem econômico, onde os eleitores desempenham seu papel social racionalmente, avaliando, dentre os diversos partidos ou candidatos, aquele que poderá proporcionar maior benefício – racionalidade construída analisando custos e benefícios, tal

qual um consumidor na esfera do mercado. A teoria da escolha racional considera que a decisão do voto é concebida como resultado de ação racional individual.

A despeito dos estudos e teorias, ainda persiste a dificuldade de explicar como se dá a escolha do eleitorado nas eleições. As pesquisas sobre o comportamento eleitoral brasileiro constatarem que os eleitores não acreditam nos partidos e não se interessam por política. Caracterizam-se pela vulnerabilidade e volatilidade eleitoral. Mais ainda, inferem que a grande maioria dos eleitores, com baixo grau de informação, escolhe o seu voto em função da imagem e de atributos pessoais dos candidatos (BAQUERO; PRÁ, 1995; BAQUERO, 1984, 1985, 1996, 1997, 2000; CASTRO, 1994; GOLDMANN; SANT'ANA, 1996; ALMEIDA, 1998; MAGALHÃES, 1998; SILVEIRA, 1998).

Reafirmando essa perspectiva, na visão de Carreirão (2004) pode-se notar que os eleitores não são indiferentes às características pessoais dos candidatos tais como carisma, personalidade, qualificação pessoal e profissional.

Na mesma linha de estudos, Leal (2012) destaca esse quadro na perspectiva da condução das campanhas eleitorais e retrata um processo de transformação nas estratégias de comunicação política de candidatos e governos que vêm enfatizando, nas últimas décadas, a figura do candidato em detrimento da sua identificação partidária.

Em seus argumentos destaca que,

Uma das marcas desse modelo é a valorização da figura do candidato ou do governante em detrimento do partido político ou do governo. No Brasil, todas as eleições presidenciais disputadas democraticamente desde 1989 parecem corroborar a hipótese: Collor se elegeu por uma agremiação inexpressiva; FHC venceu fortemente ancorado em fatores econômicos conjunturais (o Plano Real em 1994; o risco da perda da estabilidade econômica em 1998); Lula, em suas duas vitórias, mostrou ser eleitoralmente muito mais significativo que o PT; e, por fim, Dilma deveu muito de sua eleição à estratégia de campanha que colou sua imagem à de Lula. (LEAL, 2012, p. 12)

E conclui que,

A perda de referenciais ideológicos dos partidos ajudou a deslocar o eixo da discussão para as supostas qualidades dos candidatos e para fatores de curto prazo. Competência, integridade, capacidade de decisão, carisma e atributos pessoais (aparência, idade, religião, saúde etc.) preenchem o espaço deixado vago pela discussão política, sobretudo, em disputas pouco ideologizadas. (LEAL, 2012, p. 12)

Essa visão se alinha ao trabalho de Wattenberg (1991) destacado por Leal (2002), que evidencia características de um personalismo na política ou, o fenômeno denominado por Wattenberg como “a ascensão da política centrada no candidato”.

Para Leal (2002),

decorre dessa lógica: a ênfase na escolha de pessoas, no lugar de partidos ou de programas políticos, pode ser explicada pelo fato de o personalismo ser um critério mais econômico, pois aproxima informações novas aos estereótipos já existentes. Focando personalidades, e não ideias ou ideologias, as comparações para o eleitor mediado são mais óbvias e fáceis.

Tal fenômeno retratado poderia guardar relação com interpretações comuns acerca do conceito de representação. Buscando-se estabelecer possíveis elementos de interseção entre o fenômeno do personalismo político caracterizado por Leal (2002) e definido por Wattenberg (1991) dentro da premissa da ascensão da política centrada no candidato e os modelos de representação cunhados por estudos clássicos desenvolvidos por Pitkin (1967), propõem-se aqui algumas reflexões que podem vir a identificar indícios do comportamento do eleitor dentro de alguns desses modelos de representação desenvolvidos. Dentre os modelos de representação apresentados por Pitkin (1967), ou seja, formalístico; descritivo; simbólico; e substantivo ou de representação como um ato de ‘agir por’ (*acting for*), destaca-se para o presente estudo a noção de “representação descritiva” que, segundo a autora, conceberia o parlamento como espécie de mapa, de microcosmo, no qual se veria imagem perfeita, espelho, embora em tamanho reduzido, da sociedade. Nesse caso, “haveria uma correspondência estreita entre as características do representante e as do representado” (SACCHET, 2012, p.411). Nessa perspectiva, a questão que se apresenta o presente trabalho indaga-se que, dentro do pressuposto que eleitor se referencia na imagem do candidato para sua escolha no processo eleitoral, essa imagem, que retrataria as características pessoais do candidato escolhido, tais como sexo, idade, nível de escolaridade e ocupação, guardaria semelhança com a sua própria imagem no que se refere às suas próprias características pessoais. Se fosse possível verificar tal correlação seria possível evidenciar indícios do modelo de representação descritiva previsto por Pitkin (1967).

Contudo, vale destacar que Pitkin (1967) cuidou de se posicionar contrariamente à representação descritiva, que, a seu ver, seria indesejável. Para a autora, essa noção é contestável porque:

[...] assim como um mapa não é uma representação fiel da realidade, ou mesmo um espelho não reflete de forma pura a imagem diante dele, também um representante, por mais que se assemelhe àqueles que pensa representar, não pode ser considerado uma amostra do seu grupo (SACCHET, 2012, p.411).

Além disso, Pitkin (1967) argumentou que a ênfase na composição do corpo legislativo desviaria a atenção do que é fundamental na representação, qual seja, o seu conteúdo. Afinal, tem relevo o que os representantes fazem, e não quem eles são. O foco do argumento encontra-se no aspecto substantivo da representação. A presença física de membros de grupos sociais distintos não seria considerada uma condição para que seus interesses sejam representados (SACCHET, 2012).

Mesmo assim, a despeito das críticas acima sumarizadas, é comum observar que o debate acerca da representação especial de grupos – sobretudo, pela definição de cotas de

inclusão – em muito se baseia nas premissas da representação descritiva. Vislumbra-se, nesse caso, a criação de mecanismos institucionais para que a proporção dos membros de cada grupo, no Legislativo, aproxime-se do seu número na população (MANSBRIDGE, 1999, *apud* SACCHET, 2012). Nesse campo, os estudos apresentados neste artigo se fazem necessários para a busca de um melhor entendimento da questão.

3 Metodologia

O presente estudo se classifica como descritivo e exploratório na medida em que busca estudar o perfil dos deputados eleitos para as assembleias legislativas brasileiras e analisá-lo comparativamente ao perfil demográfico e socioeconômico da população. Configura-se como quantitativo, estruturado a partir da análise exploratória de dados secundários, além de adotar procedimentos de pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão.

Para a construção do primeiro perfil foram utilizadas as informações disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) relativamente às eleições realizadas, nos anos de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014¹, em nível dos estados brasileiros. O repositório de dados eleitorais disponibilizados através da ferramenta “Consulta de Candidaturas” permitiu selecionar e analisar as variáveis de interesse específico do presente estudo, quais sejam: sexo, idade, escolaridade e ocupação dos deputados eleitos. Foram construídos os seguintes indicadores: percentual de deputadas eleitas; idade média dos deputados eleitos; percentual de deputados eleitos com curso superior completo; e, percentual de deputados eleitos que declararam ocupação classificada no grupo de “membros superiores do poder público”, doravante denominados de “reeleitos”².

Para a construção do perfil demográfico e socioeconômico da população, empregou-se como fontes básicas de informações os censos demográficos de 2000 e 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e indicadores calculados e disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)³, ambas em nível dos estados brasileiros. Optou-se pela não utilização dos dados do eleitorado disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral pelo fato de serem essas informações declaradas no momento do registro eleitoral, o que sugere que essas informações podem estar desatualizadas para parcela significativa da população.

Para construção do perfil demográfico da população, foram utilizados dois indicadores: a proporção da população de 15 anos ou mais do sexo feminino e a idade média

da população de 16 anos ou mais. Quanto ao nível socioeconômico da população – educação e renda -, foram utilizados três indicadores. Especificamente, no que diz respeito ao nível de escolaridade, se considerou a proporção da população de 15 anos ou mais com ensino superior completo. Tanto os indicadores demográficos quanto o nível de escolaridade têm o IBGE com fonte de informação.

Com relação aos indicadores de nível de renda, que buscam retratar as condições econômicas da população, foram considerados dois indicadores, calculados e disponibilizados pelo IPEA: a renda média domiciliar per capita⁴ e a proporção da população com baixa renda⁵.

Dado que o objetivo do estudo é associar/correlacionar o perfil demográfico e socioeconômico da população com o perfil dos deputados estaduais eleitos, utilizou-se a análise de correlação com ferramenta estatística. Empregou-se o coeficiente de correlação de Pearson (r) que é uma medida de associação linear entre variáveis. Dados duas variáveis X e Y , o coeficiente de correlação (r) é calculado pela seguinte expressão matemática:

$$r = \frac{1}{n-1} \sum \left(\frac{x_i - \bar{X}}{S_x} \right) \left(\frac{y_i - \bar{Y}}{S_y} \right)$$

O coeficiente de correlação Pearson (r) varia de -1 a 1. O sinal indica direção positiva ou negativa do relacionamento e o valor sugere a intensidade da relação entre as variáveis. Uma correlação perfeita (valores iguais a -1 ou 1) indica que o valor de uma variável pode ser determinado exatamente pelo valor da outra. O nível de significância dos resultados (valor “p”) utilizado será $p < 0,05$ e $p < 0,001$. No segundo caso, a exigência de nível de significância é maior.

As informações referentes ao perfil dos deputados eleitos nas eleições de 1998 e 2002 serão analisadas comparativamente ao perfil demográfico e socioeconômico da população brasileira do ano de 2000. Para as informações relativas à eleição de 2006, empregou-se um perfil demográfico e socioeconômico médio, 2005, empregando-se a média aritmética simples das variáveis nos anos de 2000 e 2010. Por fim, o respectivo perfil construído para o ano de 2010 foi comparado ao perfil dos deputados eleitos nos anos de 2000 e 2014. Os cálculos e as análises estatísticas foram desenvolvidos com ajuda do software IBM SPSS-21.

A apresentação da análise dos resultados dar-se-á em duas etapas. Inicialmente, serão apresentados e analisados, de forma sucinta, os resultados das eleições de 1998 a 2014 segundo cada um dos indicadores que compõem o perfil dos deputados eleitos, para Brasil e

grandes regiões. Além disso, com o propósito de ressaltar os significativos diferenciais segundo os estados brasileiros serão apresentados e analisados, também sucintamente, os resultados da eleição de 2014. Nessa etapa foram considerados todos os 26 estados e o Distrito Federal. Na sequência, se apresentam os resultados da análise de correlação entre o perfil dos deputados eleitos e o perfil demográfico e socioeconômico da população brasileira, excluindo o Distrito Federal, pelo fato de apresentar um perfil muito distinto, ou atípico, comparativamente aos estados brasileiros.

4 Análise do Perfil dos Eleitos nas Assembleias Legislativas Brasileiras em Relação ao Perfil Populacional e Socioeconômico

A partir do cruzamento das informações levantadas, foi possível analisar o perfil dos eleitos nas assembleias legislativas segundo os estados, no período de 1998 a 2014, buscando identificar relação com o perfil da população brasileira. A análise foi agrupada em características demográficas e socioeconômicas. A seguir são apresentados os resultados da análise desenvolvida.

4.1 Características demográficas

As características demográficas aqui representadas incluem os quesitos sexo e idade, refletindo a evolução do perfil dos eleitos nas assembleias legislativas e do perfil da população no período 1998-2014.

4.1.1 Sexo

No campo político, as mulheres sempre foram subrepresentadas na composição das assembleias legislativas. Tal constatação pode ter suas raízes na histórica desigualdade no campo social e econômico no Brasil em termos de análise de gênero. Importante destacar que, a despeito de a composição do eleitorado brasileiro ter se revertido no hiato de gênero, passando as mulheres a representarem a maioria dos votantes em todas as faixas etárias, tal constatação ainda se faz presente.

De forma generalizada, evidencia-se a predominância de deputados eleitos do sexo masculino no Brasil (tab. 1). Em 1998, apenas 10,1% dos eleitos no total do Brasil eram

mulheres, passando 13,0% em 2010, não se verificando, entretanto, padrão de crescimento ao longo das quatro últimas eleições (FJP, 2014). Mais recentemente, na eleição de 2014, esse percentual se reduz novamente. Apenas 11,4% dos eleitos nas assembleias legislativas eram mulheres, persistindo os diferenciais regionais. Cresceu significativamente a participação das mulheres no Centro Oeste que se destacou dentre as demais, em 2014, com o maior percentual (13,5%). Na sequência, Norte com 12,7% e num patamar muito próximo, as regiões Nordeste e Sudeste (11,5% e 11,4%). A região Sul foi aquela onde um menor percentual de mulheres foi eleito para as assembleias estaduais (8,5%).

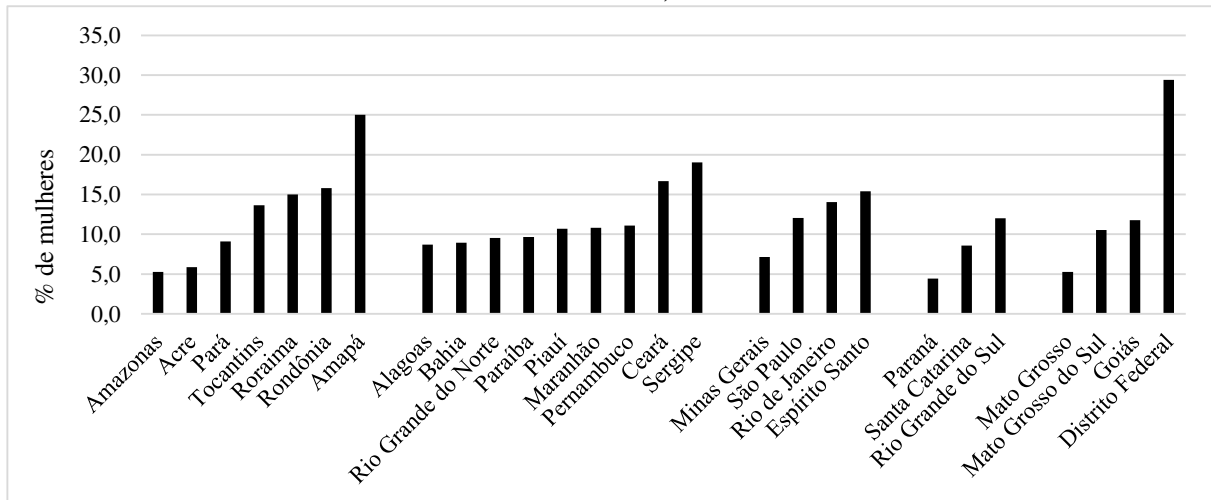
Tabela 1 – Brasil e Grandes Regiões: Percentual de deputados estaduais e distritais eleitos segundo sexo 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014

Grandes regiões	1998		2002		2006		2010		2014	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Norte	9,49	90,51	12,67	87,33	14,67	85,33	16,23	83,77	12,66	87,33
Nordeste	13,77	86,23	15,46	84,54	12,87	87,13	16,61	83,39	11,51	88,48
Sudeste	9,09	90,91	14,52	85,48	11,93	88,07	10,00	90,00	11,44	88,55
Sul	4,38	95,62	6,02	93,98	6,77	93,23	11,94	88,06	8,46	91,53
Centro Oeste	10,31	89,69	14,89	85,11	9,28	90,72	5,38	94,62	13,50	86,50
Brasil	10,11	89,89	13,35	86,65	11,66	88,34	13,02	86,98	11,40	88,60

Fonte: 1998 a 2010: FJP (2013a); 2014: elaboração das autoras.

Estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP) analisando os resultados das eleições de 1998 a 2010 para os estados brasileiros, constatou padrão muito semelhante àquele observado para o Brasil como um todo, entretanto, com diferenciais ainda mais significativos. Deve-se destacar que, mesmo os estados componentes de cada uma das grandes regiões apresentavam, entre eles, nível de participação feminina diferenciada (FJP, 2014). Mais recentemente, os resultados para as eleições de 2014 apontaram também importantes diferenciais. Os maiores percentuais de deputados eleitos do sexo feminino se encontravam no Distrito Federal (29,4%) e no Amapá (25,0%). Por outro lado, no Paraná, Mato Grosso, Amazonas e Acre esse percentual era inferior ou muito próximo a 5,0% (Graf. 1).

Gráfico 1 – Unidades da Federação: Percentual de deputados estaduais e distritais eleitos do sexo feminino, 2014



Fonte: 1998 a 2010: FJP (2013a); 2014: elaboração das autoras.

Tais diferenciais suscitam questionamento como: A composição das assembleias relativamente à composição segundo sexo poderia ser explicada pelo perfil populacional nos diferentes estados? Estados com os maiores quantitativos populacionais de mulheres tenderiam a apresentar bancadas com maior percentual de mulheres? Os fatores econômicos e sociais poderiam explicar a maior ou menor eleição de mulheres?

Analisando os coeficientes de correlação de Pearson é possível dizer que os diferenciais observados em termos da efetiva presença feminina nas assembleias legislativas não encontram correlação significativa com os indicadores demográficos e socioeconômicos em praticamente todas as eleições analisadas. Os maiores ou menores percentuais de mulheres eleitas não podem ser atribuídos aos diferenciais populacionais quanto à composição populacional segundo sexo e idade, quanto à escolaridade e nem mesmo com relação ao nível de renda, com poucas exceções apenas para os anos de 2006 e 2010 (tab. 2).

Tabela 2 – Coeficiente de correlação de Pearson entre o percentual de deputadas eleitas e os indicadores demográficos e socioeconômicos, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014

Especificação	Percentual de Deputadas eleitas					
	1998	2002	2006	2010	2014	
Proporção de mulheres	Correlação	0,214	0,329	0,093	0,156	0,053
	Significância	0,294	0,101	0,652	0,446	0,798
Escolaridade	Correlação	-0,321	-0,043	-0,263	-0,394 *	0,013
	Significância	0,110	0,834	0,195	0,046	0,950
Idade média	Correlação	0,034	-0,025	-0,277	-0,204	-0,188
	Significância	0,867	0,902	0,171	0,319	0,357
Baixa renda	Correlação	0,352	0,235	0,445 *	0,499 **	0,085
	Significância	0,078	0,248	0,023	0,009	0,679
Renda média per capita	Correlação	-0,321	-0,200	-0,385	-0,431 *	-0,039
	Significância	0,110	0,327	0,052	0,028	0,852

Fonte: elaboração das autoras

** Significância de 0,01

* Significância de 0,05

Os resultados para a eleição de 2006 apontam que o indicador de pobreza está correlacionado positivamente com o percentual de deputadas eleitas. Maiores percentuais de deputadas eleitas encontravam-se nos estados com as maiores proporções de população de baixa renda, sendo que à medida que esse percentual reduz, diminui a participação das mulheres eleitas (ao nível de 0,05 de confiança).

Analisando-se os resultados para a eleição de 2010, observa-se o mesmo comportamento entre os indicadores percentual de deputadas eleitas e o indicador de pobreza - também positivo, entretanto com maior significância estatística (ao nível de 0,01 de confiança). Ainda nesse ano, tem-se que a renda média domiciliar per capita e a escolaridade da população nos estados teriam relação negativa com a proporção de deputadas eleitas, ou seja, estados com as menores rendas e escolaridade mais baixa seriam aqueles com os maiores percentuais de deputados eleitos do sexo feminino (ao nível de 0,05 de significância). À medida que aumenta a renda e a escolaridade da população, diminui a participação das mulheres na composição das assembleias legislativas.

4.1.2 Idade

De forma generalizada, evidencia-se o envelhecimento da estrutura etária dos deputados. Estudos da FJP apontam que a faixa etária com maior participação das bancadas de deputados nas eleições de 1998 a 2010 foi a de 40 a 49 anos, seguida pela faixa etária de 50-59 e 30-39 anos. Apesar da faixa etária de 40 a 49 anos apresentar a maior participação na

última eleição, essa vem decrescendo ao longo das últimas quatro eleições, passando de 42% para 33% no Brasil entre 1998 e 2010 (FJP, 2013a e FJP, 2013b). Tal constatação determina consequentemente, a elevação da idade média dos deputados eleitos.

No Brasil, em 1998, a idade média estava em torno dos 45 anos, crescendo paulatinamente nas eleições seguintes, chegando em 2010 a uma idade média próxima dos 48 anos (tab. 3). O fenômeno da transição demográfica, alterando sobremaneira a estrutura etária da população brasileira, poderia explicar em parte tal constatação. A queda dos níveis de fecundidade das mulheres ao longo das últimas décadas - reduzindo o número de nascimentos -, desencadeou acentuado processo de envelhecimento populacional (FJP, 2013a). Na eleição de 2014, a idade média foi pouco maior que 48 anos para o total do Brasil.

De forma geral, aumenta a idade média dos deputados estaduais e distritais eleitos no período analisado para o total do País, assim como para nas grandes regiões (tab. 3). Nas eleições de 1998 a 2010, a idade média dos deputados eleitos no Sudeste e Sul foi maior que a média brasileira e o maior crescimento foi observado na região Norte (FJP, 2013a). Mais recentemente, os resultados da eleição de 2014 mostram aumento na idade média para as regiões Nordeste e Sudeste e redução nas demais.

Tabela 3 – Brasil e Grandes Regiões: Idade média dos deputados estaduais e distritais eleitos 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014

Grandes regiões	1998	2002	2006	2010	2014
Norte	41,82	42,93	44,69	46,49	46,29
Nordeste	44,70	44,91	46,70	47,25	48,00
Sudeste	46,71	46,26	47,44	48,77	50,47
Sul	45,51	46,80	48,32	49,10	48,17
Centro Oeste	45,62	44,87	46,02	47,87	46,52
Brasil	44,97	45,22	46,77	47,85	48,24

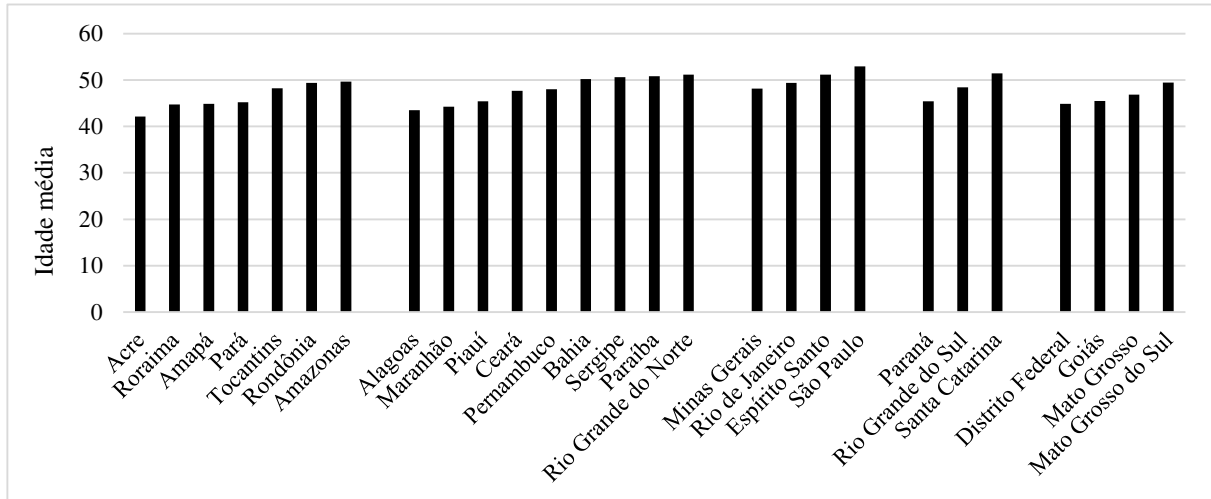
Fonte: 1998 a 2010: FJP (2013a); 2014: elaboração das autoras.

A mesma constatação pode ser feita quando analisada a composição segundo os estados brasileiros. Há aumento da idade média dos deputados eleitos entre os pleitos de 1998 e 2010, com exceção apenas de Pernambuco, onde a idade média diminuiu entre 1998 e 2010 e de Goiás, onde a idade média praticamente não se alterou. Vale destacar que os diferenciais em termos dos estados foram mais significativos (FJP, 2014).

Analisando os resultados da eleição de 2014 tem-se que dada a diversidade dos estados, não foi possível constatar um padrão específico para cada uma das grandes regiões. É possível, por exemplo, observar que os estados do Rio Grande do Norte, Espírito Santo, São

Paulo e Santa Catarina apresentavam as maiores médias – acima de 51,0 anos, enquanto que no Acre e Alagoas a idade média se encontra abaixo de 44 anos (Graf. 2).

Gráfico 2 – Unidades da Federação: Idade média dos deputados estaduais e distritais eleitos, 2014



Fonte: elaboração das autoras

Analisando-se os coeficientes de correlação dos indicadores demográficos e socioeconômicos selecionados e a idade média dos deputados eleitos segundo os estados brasileiros, é possível afirmar que, ao longo de todo o período analisado, estados que tem população mais velha têm também bancadas estaduais mais velhas, e, à medida que diminui a idade média da população cai também a idade média dos deputados eleitos. Tal correlação positiva assume maior confiança estatística nos resultados das eleições de 1998, 2002 e 2014 (ao nível de 0,01 de significância).

No ano de 1998, além dos resultados mencionados anteriormente, é possível observar que também os indicadores de proporção de mulheres e nível de renda se encontravam correlacionados positivamente com a idade média dos deputados eleitos. Os estados com maiores médias de idade dos deputados eleitos são também aqueles que apresentam as maiores proporções de mulheres, bem como os maiores níveis de renda média per capita. À medida que tais indicadores demográficos e econômicos se reduzem, reduz também a idade média dos deputados eleitos (ao nível de 0,05 de significância).

Tabela 4 - Coeficiente de correlação de Pearson entre a idade média dos deputados eleitos e os indicadores demográficos e socioeconômicos, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014

Especificação	Idade média dos deputados					
	1998	2002	2006	2010	2014	
Proporção de mulheres	Correlação	0,447 *	0,257	0,285	0,100	0,277
	Significância	0,022	0,205	0,159	0,626	0,170
Escolaridade	Correlação	0,336	0,158	0,238	0,400 *	0,391 *
	Significância	0,094	0,440	0,241	0,043	0,049
Idade média	Correlação	0,635 **	0,552 **	0,494 *	0,444 *	0,504 **
	Significância	0,000	0,003	0,010	0,023	0,009
Baixa renda	Correlação	-0,354	-0,278	-0,298	-0,409 *	-0,390 *
	Significância	0,076	0,170	0,139	0,038	0,049
Renda média per capita	Correlação	0,395 *	0,303	0,311	0,389 *	0,423 *
	Significância	0,046	0,133	0,123	0,050	0,031

Fonte: elaboração das autoras

** Significância de 0,01

* Significância de 0,05

Nos anos de 2010 e 2014, um número maior de indicadores selecionados está relacionado à idade média dos deputados eleitos, e de forma bastante similar. Além da idade média da população já relatada, tem-se, correlacionada positivamente, a escolaridade e a renda média per capita (tab. 4). Ou seja, quanto maior a proporção da população com nível superior completo ou maior a renda média domiciliar per capita nos estados, maiores serão as idades médias dos eleitos. À medida que diminui a proporção da população mais escolarizada ou cai a renda média domiciliar, a idade média das bancadas estaduais também reduz (ao nível de 0,05 de significância). Por outro lado, a maior proporção de população com baixa renda dos estados estaria negativamente correlacionada à idade média dos deputados nesses mesmos estados. Estados com maior proporção de população “pobre” têm deputados estaduais com idade média mais baixa (ao nível de 0,05 de significância).

4.2 Características socioeconômicas

As características socioeconômicas aqui representadas incluem os quesitos escolaridade e ocupação, refletindo a evolução do perfil dos eleitos nas assembleias legislativas e do perfil da população no período 1998-2014.

4.2.1 Escolaridade

De forma geral, pode-se observar elevação no nível de escolaridade dos deputados estaduais e distritais eleitos. No ano de 1998, 63,4% declaram possuir o nível superior

completo, passando para 70,1% no ano de 2010. Desta forma, poder-se-ia apontar a preferência dos eleitores brasileiros por candidatos com curso superior que indicaria, portanto, que as pessoas com baixa escolaridade têm mínimas chances de chegar a deputado estadual ou distrital (FJP, 2013a). Dados mais recentes apontam, novamente, elevação nesse percentual. Nas eleições de 2014, 71,62% dos deputados eleitos tinham nível superior completo.

Apesar de persistirem os diferenciais regionais, observa-se aumento do percentual de deputados eleitos com escolaridade superior completo entre as eleições de 1998 e 2010, em todas as cinco grandes regiões brasileiras (tab. 5). O Norte destaca-se dentre as demais. Entre as eleições de 1998 e 2010, o percentual de deputados com escolaridade superior passa de apenas 38,6%, em 1998, para 64,3%, em 2010. Os resultados apontam, nesse mesmo período comportamento diferenciado, com destaque para Sudeste e Nordeste que, em todos os pleitos, foram aquelas com os melhores resultados, ou seja, os maiores percentuais de deputados eleitos com alto nível de escolaridade (FJP, 2013a).

Analisando os resultados da eleição de 2014, observa-se, mais uma vez, aumento nos percentuais em todas as regiões, com exceção apenas para o Norte, que passa para 63,3%. Destaque para a região Centro Oeste onde esse percentual passa para 73,0%. Na sequência, Nordeste e Sul, com valores em torno de 71,6%; e, Sudeste, destacadamente o maior, com 76,3%.

Tabela 5 – Brasil e Grandes Regiões: Percentual de deputados estaduais e distritais eleitos com superior completo
1998, 2002, 2006, 2010 e 2014

Grandes regiões	1998	2002	2006	2010	2014
Norte	38,61	48,00	50,67	64,29	63,33
Nordeste	68,20	68,09	73,60	71,10	71,71
Sudeste	70,75	66,13	72,43	73,33	76,27
Sul	64,96	54,14	63,91	69,40	71,54
Centro-Oeste	64,95	63,83	64,95	68,82	73,03
Brasil	63,16	61,89	67,28	70,07	71,62

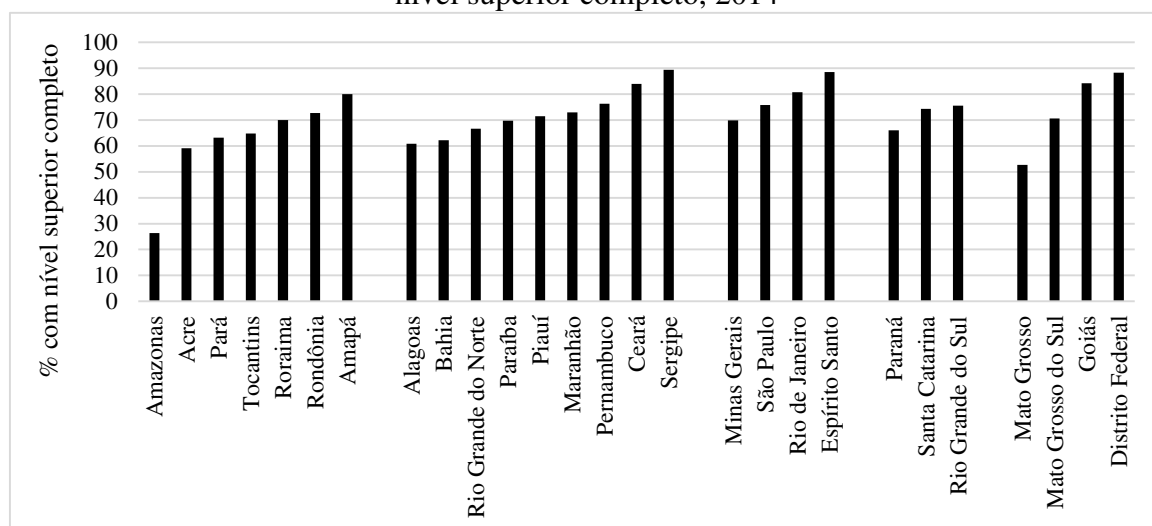
Fonte: 1998 a 2010: FJP (2013a); 2014: elaboração das autoras.

O mesmo comportamento foi observado analisando-se os resultados dos estados brasileiros. Verificou-se que, apesar de persistirem os diferenciais regionais, observa-se aumento do percentual de deputados eleitos com escolaridade superior completo entre as eleições de 1998 e 2010 em praticamente todos os estados, com exceção para Paraíba, Rio

Grande do Norte, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiânia que tiveram percentuais reduzidos; e Rondônia e Minas Gerais que praticamente não alteraram seu percentual (FJP, 2014).

Analisando os resultados das eleições de 2014 para os estados brasileiros se verifica que não é possível estabelecer padrão entre os estados brasileiros em termos regionais. Altos e baixos percentuais de deputados com nível de escolaridade superior são observados tanto nas regiões mais desenvolvidas do Brasil quanto nas menos desenvolvidas (Graf. 3). Estados do Amazonas, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal se destacam com os maiores percentuais, variando entre 80,0% e 90,0%.

Gráfico 3 – Unidades da Federação: Proporção de deputados estaduais e distritais eleitos com nível superior completo, 2014



Fonte: elaboração das autoras

Essa diversidade regional em relação aos fatores demográficos e socioeconômicos analisados conjuntamente com a diversidade em termos do nível de escolaridade dos deputados eleitos apresenta um padrão relacional, apontado que a proporção de deputados eleitos com nível superior completo de escolaridade está relacionada positivamente à proporção de mulheres e a idade média da população (tab. 6). Ou seja, no primeiro caso, no período considerado, com exceção apenas para os resultados da eleição de 2010, estados com maior proporção de mulheres teriam as maiores proporções de eleitos com maior escolaridade. À medida que a proporção reduz, diminui a proporção de deputados com escolaridade superior (1998, 2002 e 2006: nível de significância de 0,01; e 2014: nível de significância de 0,05).

Tabela 6 – Coeficiente de correlação de Pearson entre a escolaridade dos deputados eleitos e os indicadores selecionados, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014

Especificação	Proporção de deputados com nível superior de escolaridade					
	1998	2002	2006	2010	2014	
Proporção de mulheres	Correlação	0,659 **	0,554 **	0,650 **	0,317	0,428 *
	Significância	0,000	0,003	0,000	0,115	0,029
Escolaridade	Correlação	0,097	-0,235	-0,032	0,158	0,209
	Significância	0,638	0,248	0,878	0,441	0,305
Idade média	Correlação	0,679 **	0,560 **	0,540 **	0,132	0,314
	Significância	0,000	0,003	0,004	0,522	0,118
Baixa renda	Correlação	-0,145	0,139	0,098	0,003	-0,017
	Significância	0,479	0,497	0,632	0,990	0,935
Renda média per capita	Correlação	0,190	-0,064	-0,038	0,042	0,077
	Significância	0,353	0,756	0,854	0,837	0,710

Fonte: elaboração das autoras

** Significância de 0,01

* Significância de 0,05

No segundo caso, estados com idade média maior tendem a eleger uma proporção maior de candidatos com nível superior completo. À medida que a idade média diminui, cai a proporção de deputados com nível superior de escolaridade. Tal constatação se evidencia nos resultados das eleições de 1998, 2002 e 2006 (nível de significância de 0,01).

4.2.2 Ocupação

Em relação à ocupação declarada pelos deputados, chama a atenção o aumento significativo entre os deputados eleitos daqueles que se declararam como pertencentes ao grupo dos membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes; destacadamente a participação nesse grupo daqueles que se declararam “membros superiores do poder público”. Constata-se que há tendência à profissionalização na carreira da representação legislativa podendo significar maior ativismo ou mesmo o amadurecimento político da sociedade brasileira (FJP, 2014).

Tabela 7 – Brasil: Distribuição dos deputados estaduais e distritais eleitos segundo grupos de ocupação
1998, 2002, 2006, 2010 e 2014

Grupo de ocupação	1998	2002	2006	2010	2014
Grupo 0 - Membros das forças armadas, policiais e bombeiros	1,26	0,22	0,86	0,76	0,32
Grupo 1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	28,42	36,92	53,46	56,51	57,58
Grupo 2 - Profissionais das Ciências e das Artes	41,58	38,21	32,07	24,62	27,35
Grupo 3 - Técnico de nível médio	2,63	2,48	1,30	1,19	1,70
Grupos 4 - Trabalhadores de serviços administrativos	0,32	0,32	0,00	0,76	0,33
Grupo 5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	0,74	0,86	0,22	0,11	0,11
Grupo 6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	2,84	2,91	2,38	3,25	2,40
Grupo 7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0,00	0,32	0,11	0,00	0,21
Grupo 10 - Servidor público	4,95	3,77	3,35	3,58	2,80
Grupo 11 - Aposentado	0,53	1,40	0,86	1,19	1,70
Não informada	5,58	8,72	0,00	0,00	0,00
Outros (1)	11,16	3,88	5,40	8,03	5,50
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

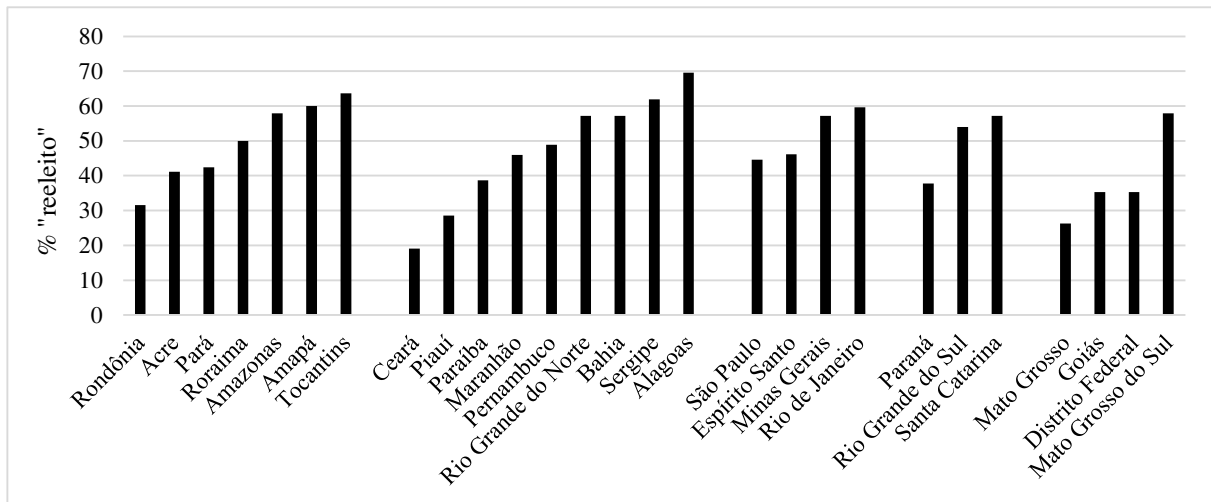
Fonte: 1998 a 2010: FJP (2013a); 2014: elaboração das autoras.

Ao longo do período analisado, os “profissionais das ciências e das artes” apresentaram participação expressiva dentre as ocupações declaradas pelos candidatos eleitos, entretanto, com clara tendência de redução. O que chama atenção, no entanto, é que no período de 1998 a 2010, toma vulto a participação dos “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes” (praticamente dobra). Tal constatação é relevante, tanto pelo fato do significativo crescimento da participação do referido grupo ao longo das últimas quatro eleições quanto pela importância relativa observada no ano de 2010. Na última eleição, caracteriza-se por representar mais da metade dos eleitos (56,5%). A possibilidade da reeleição cria a “carreira parlamentar” (FJP, 2013a).

Os resultados para a eleição de 2014 caminham na mesma direção, sendo que os “profissionais das ciências e das artes” aumentaram sua participação no total dos deputados eleitos (tab. 7). Mais uma vez, se destaca o percentual de deputados que declararam ocupações classificadas no grupo “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes” (57,6%).

Analisando especificamente o conjunto de deputados que se declaram “membros superiores do poder público” segundo os estados brasileiros na eleição de 2014 evidencia-se, mais uma vez, a tendência em reeleger candidatos já engajados na “vida política”. Do total de 26 estados, 11 apresentaram percentuais acima de 55%, como destaque para Amapá, Sergipe, Tocantins e Alagoas – 60,0%, 61,9%, 63,6% e 69,6% respectivamente (Graf. 4).

Gráfico 4 – Unidades da Federação: Proporção dos deputados estaduais e distritais reeleitos, 2014



Fonte: elaboração das autoras

Considerando-se o percentual de deputados “reeleitos”, como indicador de ocupação de peso na presente análise, e buscando possível associação com as variáveis demográficas e socioeconômicas da população, se observa que somente nos anos de 1998 e 2002 foi possível constatar correlação significativa (nível de significância de 0,05). Os resultados para a eleição de 1998 mostram que a maior ou a menor proporção de candidatos “reeleitos” se encontra associada positivamente em relação ao nível de escolaridade da população e negativamente associada ao nível de pobreza da população. Ou seja, quanto maior a proporção da população com nível superior completo na população brasileira maior é a proporção de deputados “reeleitos”. À medida que diminui a proporção no primeiro indicador diminui também a proporção de deputados “reeleitos”. Por outro lado, a maior proporção de população com baixa renda dos estados estaria negativamente correlacionada à proporção de deputados “reeleitos” nesses mesmos estados. Estados com maior proporção de população “pobre” têm maior proporção de reeleição.

Para o ano de 2002, apenas o indicador proporção de mulheres determina relação negativa com a proporção de deputados “reeleitos”, ou seja, os estados com as menores proporções de mulheres seriam aqueles com os maiores percentuais de reeleição (tab. 8).

Tabela 8 – Coeficiente de correlação de Pearson entre a ocupação dos deputados eleitos e os indicadores selecionados, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014

Especificação	Proporção de deputados "reeleitos"					
	1998	2002	2006	2010	2014	
Proporção de mulheres	Correlação	0,128	-0,435 *	0,239	-0,235	0,169
	Significância	0,532	0,026	0,239	0,248	0,409
Escolaridade	Correlação	0,486 *	-0,108	0,166	0,204	0,124
	Significância	0,012	0,600	0,418	0,317	0,546
Idade média	Correlação	0,213	-0,341	0,206	-0,028	0,010
	Significância	0,295	0,088	0,313	0,892	0,960
Baixa renda	Correlação	-0,423 *	0,003	-0,160	-0,278	0,004
	Significância	0,031	0,987	0,436	0,169	0,985
Renda média per capita	Correlação	0,378	-0,052	0,178	0,256	0,081
	Significância	0,057	0,802	0,384	0,207	0,695

Fonte: elaboração das autoras

** Significância de 0,01

* Significância de 0,05

5. Conclusão

Considerando-se que os representantes das assembleias estaduais e distrital são eleitos pelo voto popular, investigou-se similaridade em termos de padrão e diferenciais em relação à diversidade demográfica e socioeconômica regional da população brasileira, mais especificamente aquela com idade para votar com o intuito de se identificar indícios do modelo de representação descritivo proposto por Putkin (1967).

Dentro da perspectiva do perfil dos deputados estaduais e distritais eleitos nas últimas quatro eleições, a despeito das distintas características e peculiaridades regionais brasileiras (culturais, sociais e econômicas), verificou-se que há certa homogeneização em termos de padrão demográfico e socioeconômico identificado, representado pelas seguintes características: homens com idade em torno dos 50 anos com curso superior completo e ocupação declarada na categoria “membros superiores e dirigentes do poder executivo e legislativo” (ou seja, reeleição). Tal padrão pôde ser observado tanto nas grandes regiões como também nos estados brasileiros, entretanto, em patamares bastante distintos, principalmente nesse último nível geográfico. Comparando-se esse padrão ao perfil da

população brasileira segundo os indicadores ‘proporção de mulheres’, ‘idade média’, ‘escolaridade’ e ‘renda’, considerando-se a proporção de população com baixa renda e a renda média domiciliar per capita, foram observadas características distintas no período considerado.

No que diz respeito à proporção de mulheres eleitas para as assembleias legislativas não foi possível estabelecer padrões determinantes de associação. Destacou-se a relação positiva entre o indicador de baixa renda nos anos de 2006 e 2010. Além disso, a maior ou a menor proporção de mulheres eleitas estaria associada negativamente ao nível de escolaridade da população e positivamente com a renda média per capita. Entretanto, apenas no ano de 2010.

Já os resultados para a variável idade dos deputados eleitos apresentaram padrões definidos. Primeiramente, a idade média dos deputados esta correlacionada positivamente à idade da população brasileira. Chama-se atenção que tal relação, altamente significativa estatisticamente, é observada nas quatro eleições analisadas. Mais ainda, nas duas últimas eleições verificou-se correlação positiva com o nível de escolaridade da população e a proporção de população de baixa renda; mas negativa com o indicador de renda média per capita. Esse último também mostrou correlação significativa nos resultados da eleição de 1998.

Outra constatação identificada foi o comportamento relacional do nível de escolaridade dos deputados eleitos e as variáveis ‘proporção de mulheres da população’ e ‘idade média da população’ nos resultados das três primeiras eleições. Em ambos a correlação é positiva com elevada significância estatística. Especificamente em relação à ‘proporção de mulheres da população’ observa-se ainda correlação também positiva em 2014, mas com significância estatística menor.

Finalmente, no que se refere à ocupação declarada pelos deputados eleitos também não foi possível estabelecer um padrão relacional. Observou-se apenas correlação positiva com a escolaridade da população e negativa com a proporção de população de baixa renda em 1998 e correlação negativa com a proporção de mulheres em 2002.

Com os resultados alcançados, conclui-se, pois, que o perfil da população em idade de votar repercute no perfil etário dos representantes eleitos para as assembleias legislativas ao longo das últimas cinco eleições. Mais recentemente, também o nível de escolaridade e o nível de renda da população determinavam tal perfil. Evidenciou-se ainda, a correlação, num

passado recente, do perfil de escolaridade dos deputados eleitos e as características demográficas da população, quais sejam, proporção de mulheres e idade média da população.

Portanto, o perfil etário dos deputados eleitos reflete o perfil etário da população em idade de votar. Entretanto, isso não se demonstra de maneira uniforme em todas as regiões e estados brasileiros no que tange às demais variáveis do perfil dos representantes eleitos para as assembleias legislativas, de forma que o modelo de representação descritiva não se configura fidedigno podendo envolver também características de outros modelos. Tais evidências podem propiciar reflexões acerca de um comportamento amorfo e peculiar do eleitor brasileiro corroborando com estudos que sugerem algum nível de vulnerabilidade e volatilidade eleitoral característico da sociedade brasileira. Sem a presunção de se esgotar o assunto, o presente estudo tenta apenas provocar novas reflexões sobre o tema, e estimular novos estudos que possam identificar elementos mais contundentes sobre essa questão.

¹ Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>

² Com relação a análise das ocupações foram utilizadas as categorias ocupacionais estabelecidas e definidas que adotam critérios previamente determinados, empregando-se a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

³ Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>

⁴ Média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

⁵ A definição de baixa renda seria a proporção da população com renda menor que 1/2 salário mínimo. O salário mínimo do último ano para o qual a série está sendo calculada torna-se a referência para toda a série.

6 Referências

ALMEIDA, J. *Como Vota o Brasileiro: Perfil ideológico do eleitor e evolução nas pesquisas de opinião de 1994*. São Paulo: Xamã, 1998.

BAQUERO, M. As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul num contexto de abertura política. In: BAQUERO, M. (Org.). *Abertura Política e Comportamento Eleitoral: nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1984.

_____. Paradigma de Converse: sistemas de crenças e o processo eleitoral em 1982 em POA-RS. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, POA: Vol.13, 1985.

_____. A desilusão democrática: um estudo longitudinal de cultura política. *Comunicação & Política*, RJ: CEBELA, Vol.3, nº 3, 1996.

_____. Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In: BAQUERO, Marcello (org.) *A Lógica do Processo Eleitoral em Tempos Modernos: Novas Perspectivas de Análise*. POA/Canoas: Editora da Universidade/UFRGS/ Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997.

_____. *A Vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

BAQUERO, M; PRÁ, J. R. “Matriz histórico-estrutural da cultura política no Rio Grande do Sul e padrões de participação política” *Cadernos de Ciência Política* série pré-edições, porto Alegre: nº 3, 1995.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de Dados Eleitorais. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>> Acesso em: mai 2013.

CARREIRÃO, Y. de S. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 179-194, jun. 2004.

CASTRO, M. M. M. de. *Determinantes do Comportamento Eleitoral: A Centralidade da Sofisticação Política*. RJ: Tese de Doutorado, 1994.

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto - democracia e nacionalidade*, São Paulo, Sumaré/ ANPOCS, 1991.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; *Texto para Discussão 2* “Análise do perfil dos representantes eleitos nas assembleias legislativas brasileiras”, publicado em julho de 2013 na página da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro e disponível em <http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/publicacoes/textos-para-discussao/167-textos-publicados-em-2013/2040-analise-do-perfil-dos-representantes-eleitos-nas-assembleias-legislativas-brasileiras>, 2013a.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; *Texto para Discussão 3* “Análise do perfil dos representantes eleitos nas assembleias legislativas entre 1998 e 2010 na perspectiva das macrorregiões brasileiras”, publicado em dezembro de 2013 na página da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro e disponível em <http://eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/publicacoes-2013/57-analise-do-perfil-dos->

representantes-eleitos-nas-assembleias-legislativas-entre-1998-e-2010-na-perspectiva-das-macrorregioes-brasileiras-novo-siteeg, 2013b.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; *Análise do perfil dos representantes eleitos nas Assembleias Legislativas entre 1998 e 2010 na perspectiva das Unidades da Federação Brasileira*. Relatório final. Belo Horizonte, março 2014.

GOLDMAN, M.; SANT'ANA, R. dos S. "Elementos para uma análise antropológica do voto". In: PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

LAVAREDA, A. *A democracia nas Urnas: O processo partidário Eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo: IUPERJ, 1991.

LEAL, P. R. F. A nova ambiência eleitoral e seus impactos na comunicação política. *Lumina: Revista da Faculdade de Comunicação da UFJF*, Juiz de Fora: Ed. UFJF, v.5, n.4, p.67-77, jul/dez. 2002. (disponível em <http://www.facom.ufjf.br/n9-jul-dez-2002>)

LEAL, P. R. F. Os riscos do personalismo na política. *Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade Federal de Juiz de Fora - A3:02*, Juiz de Fora. Ed. UFJF, p. 12. abr/set. 2012. (disponível em: http://www.ufjf.br/revistaa3/files/2014/02/youblisher.com-297508-Revista_A3_02_Abril_2012smallpdf.com_12.pdf)

MAGALHÃES, N. M. E. *O Povo Sabe Votar: Uma visão antropológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MANSBRIDGE, J. Should Blacks represent Blacks and Women represent Women? A Contingent 'Yes.' *Journal of Politics*, v. 61, n. 3, p. 628-657, 1999.

PITKIN, H. *The Concept of Representation*. Londres: University of California Press, 1967.

RADMANN, E. R. H. *O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral*. Dissertação (mestrado em Ciência Política) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

REIS, F. W. "Consolidação democrática e construção do Estado - notas introdutórias e uma tese", in F. W. Reis e Cr. O'Donnell(org.), *A democracia no Brasil - dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1988.

REIS, F. W. Conclusão: Em busca da lógica do processo eleitoral brasileiro In: REIS, Fábio Wanderley (Org.) *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

SACCHET, T. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas econtendas feministas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012.

SILVEIRA, F. E. *A Decisão do Voto no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SOARES, G. A. D. *Sociedade e Política no Brasil: Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República*. Difusão Européia do Livro, 1973.

WATTENBERG, M. *The Rise of Candidate-Centered Politics – Presidential Elections of the 1980s*. Cambridge, Harvard University Press, 1991.